

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2018

1. Mensagem aos Acionistas

A AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. Introdução

A AgeRio é uma sociedade anônima de economia mista integrante da Administração Pública Indireta estadual, vinculada atualmente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira conferida pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004.

Em 2018, a AgeRio manteve-se atuante no cumprimento do seu objeto social, com alocação de recursos próprios e de terceiros para atendimento a demandas de apoio financeiro que visam à sustentação dos segmentos empresariais que contribuem para geração, recuperação e manutenção de emprego e renda, alinhada ao desenvolvimento sustentável da economia do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, sua atuação está focada em quatro áreas estratégicas de negócios: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Operações de Crédito com o Setor Privado, Investimentos em Participações e Operações de Crédito com o Setor Público.

Em relação a recursos de terceiros, durante o exercício de 2018, a AgeRio operou com a linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) por meio do Programa Inovacred. O objetivo é fomentar a inovação nas micro, pequenas e médias empresas, por meio do financiamento ao investimento fixo, à aquisição de máquinas e equipamentos e ao capital de giro associado.

3. Panorama Econômico

Em 2018, a economia brasileira obteve um desempenho que corroborou a expectativa de lenta retomada do crescimento econômico para o ano. Isso se deveu principalmente ao contexto de incerteza, que se intensificara durante o exercício, devido à realização das eleições para cargos do executivo e do legislativo nos âmbitos federal e estadual, ao acirramento das tensões comerciais entre os EUA e a China, à crise macroeconômica argentina e à greve dos caminhoneiros.

O nível de atividade da economia brasileira cresceu 1,1% no ano de 2018, mesma taxa de crescimento registrada no ano de 2017, mas abaixo das expectativas de mercado que eram de 1,30%, de acordo com dados do Boletim Focus de dezembro/2018. A taxa média de desemprego no ano de 2018 foi de 12,3%, contra uma taxa de 12,7% verificada no ano anterior. Entretanto, a redução do desemprego foi puxada pelo crescimento do emprego sem carteira assinada (3,8%) e do trabalho por conta própria (2,8%).

No que diz respeito ao mercado de crédito, o saldo de crédito do sistema financeiro apresentou crescimento real (1,7%) em dezembro/2018, puxado pelo crédito livre e pelos bancos privados, representando uma virtual estabilidade na proporção crédito/PIB (de 47,2%, em dezembro/2017, para 47,4%, em dezembro/2018). Além disso, o ano de 2018 foi marcado por reduções na taxa média de juros (2,35 pp.) e nos spreads bancários (1,88 pp.), bem como pela manutenção da inadimplência em baixos patamares (2,7%, menor nível inadimplência da série histórica iniciada em 2011).

O ano de 2018 caracterizou-se, no que se refere à atuação do Banco Central, pela manutenção de uma política monetária não contracionista e pela execução da agenda estratégica no sentido de promover melhorias microeconômicas, a fim de atenuar o custo do crédito. Com as expectativas de inflação para os próximos anos em queda e devido ao fato da taxa de inflação verificada em 2018 (3,75%) estar abaixo da meta (4,5%), o Banco Central manteve a Taxa Selic, após sua redução em março/2018, no patamar 6,5%a.a. ao longo de todo o restante do ano de 2018.

No que se refere à economia fluminense, campo de atuação da AGÊNCIA, a melhoria na confiança do empresariado e no desempenho da indústria e dos serviços sinalizam para um crescimento de 1,2% do nível de atividade em 2018, de acordo com estimativas da Firjan. O mercado de trabalho deu sinais de melhoria ao longo do ano de 2018: de acordo com dados do CAGED, foram gerados 5.736 empregos líquidos no Estado do Rio de Janeiro ao longo do ano de 2018.

Diante deste cenário, a AgeRio estabelece sua estratégia de atuação fornecendo soluções financeiras de apoio ao empresariado fluminense, reforçando assim seu papel no fomento ao desenvolvimento econômico sustentável do Estado, em sintonia com a sua missão.

4. Desempenho

4.1. Desempenho Econômico-Financeiro

O lucro líquido de 2018 foi de R\$ 4,012 milhões, consubstanciado na geração de receitas originadas da carteira de crédito, tarifas de serviços, prestação de serviços aos fundos estaduais administrados, tesouraria, e também, na ação perseverante de racionalização de gastos da AGÊNCIA.

O cenário econômico e a expressiva redução da taxa de juros frente ao exercício anterior impactaram significativamente o desempenho de tesouraria e consequentemente o resultado operacional.

Dados Financeiros	31/12/2018	31/12/2017
Total de Ativos (R\$ Mil)	557.896	565.371
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	472.093	461.028
Resultado Operacional (R\$ Mil)	5.349	31.676
Lucro Líquido (R\$ Mil)	4.012	12.478

4.2. Desempenho Operacional

4.2.1. Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

No final de 2017, as normas e procedimentos referentes à atuação da AgeRio no segmento de Microcrédito Produtivo Orientado foram alteradas para prever a retomada do Programa em 2018, atendendo a microempreendedores com faturamento fiscal bruto anual de até duzentos mil reais, em financiamentos de atividades produtivas de pequeno porte localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

O ano de 2018 foi marcado pela retomada das operações no segmento de Microcrédito Produtivo Orientado. O volume de financiamentos concedidos nesse segmento totalizou um montante de R\$ 396 mil ao longo do ano de 2018. A captação de clientes se deu predominantemente por meio de parcerias com prefeituras, interiorizando a concessão de crédito para os municípios de Duque de Caxias, Itaitiaia, Macaé, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova

Iguaçu, Paracambi, Petrópolis e Volta Redonda, além dos créditos concedidos para os microempreendedores localizados na capital.

4.2.2. Operações com o Setor Privado

4.2.2.1. Operações de Crédito

Em 2018, as operações de crédito contratadas com pessoa jurídica totalizaram R\$ 43,4 milhões concedidos para pequenas, médias e grandes empresas. Nesse mesmo período foram liberados recursos na ordem de R\$ 41,1 milhões.

A AgeRio identifica a inovação como fator fundamental para a retomada do desempenho econômico e para a manutenção de resultados sustentáveis por parte das empresas, representando ganhos de produtividade e exploração de novos mercados. Diante disso, uma das vertentes da estratégia da AGÊNCIA é priorizar projetos inovadores, que contribuem com o desenvolvimento econômico do Estado. Desta forma, do valor total de operações contratadas em 2018, 49,5% corresponderam à modalidade de financiamento à inovação, contemplados com o Programa Inovacred da Finep.

Ao longo do ano de 2018, a AgeRio intensificou esforços para firmar parcerias com outros players de atuação direta ou indireta ao sistema de fomento, expandindo consideravelmente as ações de promoção com outros agentes públicos e privados.

Em linha com o potencial do segmento das micro e pequenas empresas para geração de emprego e renda no cenário de recuperação econômica do Estado, foi estabelecido, no final de 2017, o Rio em Ação – Agenda Positiva Micro e Pequena Empresa, uma parceria da AgeRio com Banco do Brasil, Caixa e Sebrae/RJ.

A união de esforços das instituições financeiras e do Sebrae proporcionou orientação financeira e não financeira às MPes, além de atendimento individualizado aos interessados, por meio de eventos realizados em diversos municípios do Estado.

As edições do evento alcançaram a participação de 1.700 pessoas, entre empresários, parceiros e apoiadores e foram realizadas nos municípios do Rio de Janeiro, Volta Redonda, Petrópolis, Três Rios, Cordeiro, Bom Jardim e Cachoeiras de Macacu, contemplando inclusive interessados de outros municípios das regiões.

Graças ao desenvolvimento dos sistemas de Tecnologia da Informação e à simplificação de processos internos, no decorrer de 2018 foi possível aprofundar a estratégia de pulverização da carteira, que teve um crescimento expressivo da base de clientes ativos (108,9%). A maioria dos novos clientes se enquadra no conceito de micro e pequenas empresas.

O tempo médio de concessão de financiamento foi reduzido em 51,35% no 2º semestre de 2018 em comparação com o 1º semestre do mesmo ano, sendo esse um importante indicador do aumento de eficiência e melhoria na prestação do serviço aos clientes.

4.2.2.2. Investimentos em Participações

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira de participações da AgeRio apresentava a seguinte composição: 5 fundos ativos, que correspondiam a 33 investimentos, sendo 23 em empresas e 10 em projetos (7 filmes e 3 salas de cinema). O capital integralizado pela AGÊNCIA na carteira de participações é de R\$ 20,48 milhões, nos setores de tecnologias limpas, saúde e ciências da vida, audiovisual e inovações em tecnologia da informação.

No primeiro semestre de 2018, a AgeRio efetivou a venda da única participação direta então existente em seu portfólio, obtendo retorno de 125% sobre o capital originalmente investido na operação.

4.2.3 Operações com Setor Público

As operações com setor público representavam, em 31 de dezembro de 2018, 11,47% da carteira de crédito da AgeRio. Durante o ano de 2018, foram liberados recursos da ordem de R\$ 849 mil em operações, beneficiando municípios das regiões Metropolitana, Médio Paraíba, Centro Sul Fluminense e Serrana.

5. Carteira de Crédito – Própria e Administradas

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de recursos geridos pela AgeRio foi da ordem de R\$ 2,065 bilhões, assim composto:

a) A carteira de crédito própria apresentou saldo de R\$ 165.444 mil, em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 2,7% em relação à posição de fechamento do exercício anterior;

b) As carteiras administradas pela AgeRio apresentaram saldo de R\$ 1,904 bilhões em 31 dezembro de 2018, sendo compostas pelos Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES), Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses (FREM) e Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado (FEMPO).

No que se refere à qualidade da carteira de crédito própria, o índice inadimplência de operações atingiu, em 31 de dezembro de 2018, um patamar de 5,11%.

6. Gestão

6.1. Governança

A AgeRio possui estrutura de governança estabelecida em seu Estatuto Social e em normativos internos, de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, garantindo a tomada de decisões de forma colegiada e transparente, assegurando a conformidade de seus processos.

Em 2018 a AGÊNCIA aprovou em Assembleia a reforma de seu Estatuto Social, contemplando entre outras alterações a criação dos Comitês de Elegibilidade e Auditoria, órgãos colegiados que vêm reforçar a estrutura de governança da instituição.

Além destes, no Estatuto Social estão definidos os demais Comitês que compõe a estrutura de governança da empresa: o Comitê de Crédito e Renegociação, Comitê de Compras e Contratações, Comitê de Investimentos e o Comitê de Ética. Os Comitês possuem regimes de alçadas e regimentos internos aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Ao longo do exercício, a AgeRio aprovou o conjunto de políticas e normas necessários para atendimento das diretrizes estabelecidas na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), adaptando integralmente sua estrutura de governança ao novo direcionamento legal.

6.2. Ética

As atividades da AgeRio e todas as ações de sua Administração, seus empregados e colaboradores, são pautadas em princípios éticos e de integridade.

O Código de Ética e Conduta está adequado às normas legais vigentes e às boas práticas de mercado no que concerne à prevenção à lavagem de dinheiro e ao fortalecimento da governança corporativa e da cultura ética.

A AgeRio possui Comitê de Ética instalado para apuração de infrações éticas por parte do corpo funcional, nos termos do Decreto Estadual nº 43.583/2012.

6.3. Gerenciamento de Risco e de Capital

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e da auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário que responde pela Controladoria, Riscos, Finanças, Controle Interno e Compliance da instituição, com a devida autonomia e independência para a execução das atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da AGÊNCIA compreende a existência de políticas, normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos, observadas a natureza e a complexidade das operações, atividades e processos, bem como o porte da instituição.

O gerenciamento de capital compreende o monitoramento e o controle do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que está sujeita, o planejamento das necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos e as metas, com o intuito de assegurar a suficiência de capital para suportar suas operações e a otimização da relação risco/retorno.

O plano de capital está alinhado ao planejamento estratégico e tem por objetivo avaliar a adequação do capital da AGÊNCIA para execução de suas metas e objetivos operacionais de médio prazo, de forma a garantir a sustentabilidade da instituição.

6.3.1. Limites Operacionais

A AgeRio cumpre as exigências de Limites Operacionais estabelecidas nas Resoluções do CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, conforme demonstrativo levantado na posição de 31/12/2018.

(Valores em R\$ Mil)	30/12/2018	30/12/2017
Patrimônio de Referência (PR)	462.796	452.592
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	418.262	408.057
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	582.130	611.780
- RWACPAD	452.384	489.125
- RWAOPAD	129.746	122.655
- RWAMPAD	-	-
RBAN	627	627
Limite para Imobilização (LI)	209.131	204.029
Índice de Basileia (IB)	71,85%	66,70%
(Índice de Basileia exigido)	13,00%	13,00%

6.4 Controles Internos e Compliance

O Sistema de Controles Internos da AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, deste modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente.

As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração da AGÊNCIA. A AgeRio possui uma Política específica aprovada pelo Conselho de Administração e capacita e certifica periodicamente seu corpo técnico em ações anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

A AgeRio dispõe ainda de um Programa de Integridade, que consiste no conjunto de valores, normas e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta. Em linha com o conjunto de ações para o fortalecimento deste programa, a partir de 2018, a AgeRio passou a dispor de canal de denúncias, que possibilita aos empregados, clientes, fornecedores e público em geral o envio de comunicações de irregularidades ou inconformidades, por meio de ambiente apropriado no sítio eletrônico da AGÊNCIA, com a preservação do sigilo da identidade do comunicante.

Em novembro de 2018, a AgeRio participou da Consulta Pública de Melhores Práticas de Compliance, organizada pelo Conselho Empresarial de Governança e Compliance, da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), obtendo o reconhecimento de realização das melhores práticas de governança corporativa e compliance por meio da avaliação de comissão composta por especialistas neste campo de atuação, com participação da Transparência Internacional, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Fundação Dom Cabral (FDC).

7. Responsabilidade Socioambiental

A responsabilidade socioambiental é um dos valores institucionais da AgeRio e reflete-se em todas as ações, negócios, gestão e relacionamentos da AGÊNCIA. Em relação a apoio financeiro, a AgeRio incentiva a execução de projetos que apresentem impactos ambientais positivos por meio de linhas de financiamento com condições especiais para projetos ecoeficientes.

As relações de trabalho são pautadas pela ética e transparência, incentivo à gestão participativa e à meritocracia, bem como pelo respeito à diversidade. A AgeRio reconhece e valoriza as mulheres e oferece licenças-maternidade e paternidade estendidas, conforme o Programa Empresa Cidadã. Em 31 de dezembro de 2018, 39% do quadro de empregados e 57% das funções de gestão (coordenadores, gerentes, superintendentes e diretores) eram ocupados por mulheres.

A AgeRio mantém Programa de Eliminação de Desperdícios – PROED, promovendo a conscientização dos funcionários para a importância do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. O Programa encontra-se em seu sexto ano de atuação.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - R\$ mil

ATIVO CIRCULANTE	NE	2018		2017		PASSIVO CIRCULANTE	NE	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
DISPONIBILIDADES		4	43								
Caixa		1	1					36.897		52.129	
Bancos		3	42								
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	260.342	270.462								
Cotas de Fundos de Investimentos		260.342	270.462								
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	35.944	36.355								
Operações de Crédito		43.413	43.544								
- Setor Privado		38.264	38.793					9.177		10.840	
- Setor Público		5.149	4.751			Finame		2.529		5.184	
(Provisão para Operações de Crédito)		(7.469)	(7.189)			FINEP		8.678		7.795	
OUTROS CRÉDITOS	7	7.139	9.863			OUTRAS OBRIGAÇÕES	12	16.513		28.310	
Diversos		7.139	9.863			Cobrança e Arrecadação de Tributos		7		-	
OUTROS VALORES E BENS	8	23.248	23.077			Sociais e Estatutárias		2.700		10.000	
Bens não de Uso Próprio		29.029	28.734			Fiscais e Previdenciárias		1.668		4.777	
Impairment de Bens não de Uso		(6.218)	(5.710)			Diversas		12.138		13.533	
Despesas Antecipadas		436	53			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		48.906		52.218	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5	217.550	209.597			OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	11	48.906		52.218	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		120.636	113.621			BNDES		11.653		21.312	
LFT		93.887	88.216			Finame		3.157		5.683	
Cotas de Fundos em Participação		26.749	25.405			FINEP		34.096		25.223	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	96.914	93.976			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	472.092		461.027	
Operações de Crédito		122.030	117.612			CAPITAL SOCIAL		468.948		453.102	
- Setor Privado		107.887	100.421			Capital Social		468.948		453.102	
- Setor Público		14.143	17.191			Aumento de Capital		-		-	
(Provisão para Operações de Crédito)		(25.116)	(23.636)			RESERVAS DE LUCROS		3.144		7.925	
OUTROS VALORES E BENS		-	2.000			TOTAL		557.895		565.374	
Participações Societárias		-	2.000								
PERMANENTE		13.668	15.977								
Imobilizado de Uso	9	4.372	5.432								
Edificações		8.865	8.865								
Instalações		6	6								
Móveis e Equipamentos		915	876								
Sistema de Comunicação		37	33								
Equipamento de Processamento de Dados		1.980	1.976								
Sistema de Transporte		-	-								
Depreciações Acumuladas		(7.431)	(6.324)								
Intangível	10	9.296	10.545								
Licença de Uso de Software		14.231	14.197								
Amortização Acumulada		(4.935)	(3.652)								
TOTAL		557.895	565.374								

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - R\$ mil				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS (MÉTODO INDIRETO)- R\$ mil			
	SEGUNDO SEMESTRE	EXECUÇÃO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO		SEGUNDO SEMESTRE	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO		
	2018	2018	2017		2018	2017	
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.311	37.543	61.495	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.540)	2.814	12.478
Receita de Operações de Crédito	7.487	14.673	18.763	LUCRO LÍQUIDO	(2.540)	2.814	12.478
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	10.824	22.870	42.732	Ajustado por:			
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.239)	(8.016)	(7.866)	Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	508	5.710
Despesa de Captação – Finame/ BNDES/ FINEP	(1.710)	(3.487)	(4.329)	Depreciações e Amortizações	1.205	2.418	2.641
Provisão para Operações de Crédito	(4.529)	(4.529)	(3.537)	Provisão para Perdas c/Operações de Crédito	4.529	4.217	(3.526)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.072	29.527	53.629	Reversão de Provisão c/Operações de Crédito			
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(13.064)	(24.178)	(21.953)	Provisão Passivo Contingente	36	33	30
Receita de Prestação de Serviços	6.584	13.221	15.680	Reversão de Provisão Passivo Contingente	-	-	-
Despesa de Pessoal	(14.151)	(27.574)	(27.173)	Provisão Adicional	-	-	-
Outras Despesas Administrativas	(4.194)	(7.935)	(9.451)	Ajuste Efeito Líquido JCP	(1.502)	(1.502)	(5.500)
Despesas Tributárias	(1.295)	(2.741)	(3.827)	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	1.729	8.488	11.833
Outras Receitas Operacionais	71	939	3.321	VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(10.646)	(11.670)	(7.407)
Outras Despesas Operacionais	(80)	(89)	(503)	Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	8.933	3.104	674
RESULTADO OPERACIONAL	(992)	5.349	31.676	Redução (aumento) em Operações de Crédito	(8.701)	(6.745)	1.255
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	1.999	(5.679)	Redução (aumento) em Outros Créditos	(2.878)	2.725	(8.018)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(992)	7.348	25.997	Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	47	1.321	877
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.075)	(4.061)	(13.087)	(Redução) aumento em Outras Obrigações	(7.800)	(11.829)	(1.371)
Provisão para Imposto de Renda	(568)	(2.193)	(7.176)	Ajuste de exercícios anteriores	(247)	(247)	(824)
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	(507)	(1.868)	(5.911)	CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(8.918)	(3.183)	4.426
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(474)	(474)	(432)	ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(2.540)	2.814	12.478	Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(97)	(109)	(832)
Juros s/Capital Próprio	(2.700)	(2.700)	(10.000)	Baixa de Imobilizados	-	-	21
por ação do capital social	(0,01)	0,02	0,07	CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(97)	(109)	(811)
				ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
				Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	(1.005)	(6.747)	(12.577)
				Aumento de Capital com Renúncia de Dividendos- JCP	10.000	10.000	9.000
				CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	8.995	3.253	(3.577)
				AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA	(19)	(39)	38
				MODIFICAÇÃO DO CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA			
				Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	23	43	5
				Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	4	4	43
				AUMENTO(REDUÇÃO) CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA	(19)	(39)	38

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - em R\$ mil

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL CAPITAL	RESERVAS		RESULTADOS ACUMULADOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
		DE LUCROS			
		LEGAL	OUTRAS		
SALDOS EM 30/JUN/18	453.102	2.346	5.846	5.086	466.380
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	(247)	(247)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas	5.846	-	(5.846)	-	-
Aumento com Renúncia de Dividendos/JCP	10.000	-	-	-	10.000
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	(2.540)	(2.540)
Destinações	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	(214)	1.012	(798)	-
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	-	-	-	(1.501)	(1.501)
SALDOS EM 31/DEZ/2018	468.948	2.132	1.012	-	472.092
MUTAÇÕES DO PERÍODO	15.846	(214)	(4.834)	(5.086)	5.712
SALDOS EM 31/DEZ/16	439.063	1.772	5.039	-	445.873
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	(824)	(824)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas	5.039	-	(5.039)	-	-
Aumento de Capital Renúncia Dividendos/JCP	9.000	-	-	-	9.000
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	12.478	12.478
Destinações	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	308	5.846	(6.154)	-
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	-	-	-	(5.500)	(5.500)
SALDOS EM 31/DEZ/17	453.102	2.080	5.846	-	461.027
MUTAÇÕES DO PERÍODO	14.039	308	807	-	15.154
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	(247)	(247)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas	5.846	-	(5.846)	-	-
Aumento com Renúncia de Dividendos/JCP	10.000	-	-	-	10.000
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.814	2.814
Destinações	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	52	1.012	(1.064)	-
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	-	-	-	(1.502)	(1.502)
SALDOS EM 31/DEZ/2018	468.948	2.132	1.012	-	472.092
MUTAÇÕES DO PERÍODO	15.846	52	(4.834)	-	11.066

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em reais mil)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.
As operações da AgeRio são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações editadas pelo Banco Central do Brasil. Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.
A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.
Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e da Financiadora de Estudos e Pesquisa - FINEP de acordo com o programa INOVACRED, a AgeRio atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses - FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores - FEMPO. Apóia, também, investimentos no Estado através da participação acionária direta e indireta.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
2.1 Declarações de conformidade
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).
A Diretoria da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A - AgeRio autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 12 de Março de 2019.
2.2 Base de mensuração
As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de instrumentos financeiros não derivativos.
2.3 Moeda funcional
A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis estão apresentadas nesta moeda, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 3 - ALTERAÇÕES NA LEI DAS S.A. (LEI Nº 6.404)
A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou/revisou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2016, sendo que os recepcionados pelo Banco Central do Brasil foram:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
b) Estimativas contábeis
Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as Demonstrações Contábeis da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para

passivos contingentes e às Provisões para Perdas com Operações de Créditos, sendo estas últimas calculadas conforme normas específicas do Banco Central e provisões adicionais, em montantes definidos pela administração com base em eventos que possam ocorrer no futuro e que venham a comprometer a liquidez da carteira de crédito. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional – CMN incluem caixa e depósitos bancários.

d) Títulos e Valores Mobiliários
São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. A Circular n.º 3.068/01 – BACEN que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às agências de fomento.
A AgeRio vem adquirindo participações em Fundos de Empresas Emergentes no setor de biotecnologia e tecnologia da Informação, tendo em vista seus objetivos estatutários e sociais, cujo reconhecimento dos rendimentos auferidos, inclusive os apurados conforme Instrução CVM nº 579/2016, tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

e) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito
e.1) Operações de crédito
As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.
e.2) Provisão para perdas em operações de crédito
A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 6.
e.3) Renegociação
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Outros Valores e Bens
Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

g) Ativo Permanente
O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação/amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo de contrato de cessão de uso.
O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares para: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de Dados e Gestão Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de prestação de serviço com as empresas fornecedoras e por gastos com pessoal, alocados na implantação dos respectivos sistemas.

h) Demais ativos e passivos
São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

i) Avaliação do valor recuperável (Impairment)
Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade como determinado pelas normas contábeis vigentes.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro

Classificação de Risco	Total das Operações 2018	Provisão %	Valor da Provisão Resolução nº 2682/99		Provisão Adicional	Valor da Provisão 2018 Resolução nº 2682/99 + Adicional	Total das Operações 2017	Valor da Provisão 2017
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	14.918	0,5	75	-	-	75	9.317	47
B	56.872	1	569	26	595	55.916	609	
C	59.283	3	1.778	1.246	3.024	54.502	3.017	
D	568	10	56	11	67	4.574	470	
E	-	30	-	-	-	-	-	-
F	4.211	50	2.105	7	2.112	17.821	11.023	
G	25.483	70	17.838	4.765	22.603	11.808	8.442	
H	4.109	100	4.109	-	4.109	7.207	7.217	
TOTAL	165.444	-	26.530	6.055	32.585	161.156	30.825	

Real Anual com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% nos termos da legislação fiscal em vigor, tendo como base a Instrução Normativa da RFB nº 1591 de 05 de novembro de 2015.

k) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS
As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

l) Passivos contingentes
Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 12 – "c2".
A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme quadro abaixo:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2018	2017
I – Curto Prazo	260.342	270.462
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	260.342	270.462
II – Longo Prazo	120.636	113.621
LFT – Carteira Própria	93.887	88.216
Cotas de Fundos em Participações (ii)	26.749	25.405
Total de Títulos e Valores Mobiliários	380.978	384.083
(i) As Cotas do Fundo de Investimentos são custodiadas pelo Banco Bradesco e Caixa Econômica		



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	2018	2017
Saldo no início do período	30.825	34.351
Constituição da provisão	4.689	17.281
Constituição da provisão adicional	2.545	3.734
Reversão de provisão	(3.281)	(19.004)
Créditos baixados para Prejuízo	(2.193)	(5.537)
Saldo no fim do período	32.585	30.825

A AgeRio efetua a revisão de risco da carteira de crédito semestralmente, para adequação do nível de risco e da provisão adicional, dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir absorção de perdas oriundas de adversidades de cenários econômicos que possam causar inadimplência por eventual agravamento de setores em que a AgeRio opera. Em 2018, a provisão adicional para perdas com operações de crédito foi de R\$ 6.055 em conformidade com a Política de Gerenciamento de Risco de Crédito da Instituição.

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

Curto Prazo

	2018	2017
Setor Privado	38.264	38.793
Recursos Próprios	20.479	19.268
Repasses	17.785	19.525
Setor Público	5.149	4.751
Recursos Próprios	4.951	4.553
Repasses	198	198
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.469)	(7.189)
Saldo Final do Período	35.944	36.355

Longo Prazo

	2018	2017
Setor Privado	107.887	100.421
Recursos Próprios	60.147	53.266
Repasses	47.740	47.155
Setor Público	14.143	17.191
Recursos Próprios	14.028	16.881
Repasses	115	310
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(25.116)	(23.636)
Saldo Final do Período	96.914	93.976

d) Classificação da carteira por vencimento parcelas

	2018	2017
Vencidas	1.346	1.631
Até 60 dias	942	1.065
De 60 dias a 180 dias	306	218
Acima de 180 dias	98	348
Vincendas	164.098	159.525
Até 180 dias	19.126	21.687
De 181 a 360 dias	22.942	20.241
Acima de 360 dias	122.030	117.597

e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade em 2018

Setor de atividade	2018	2017
Administração pública	19.293	21.942
Alimentos e Bebidas	19.316	17.215
Comércio	20.679	22.653
Construção e Imobiliário	5.889	7.673
Educação, Saúde e outros	18.769	19.651
Máquinas e equipamentos	3.925	3.747
Mineração	4.743	-
Químico e Petroquímico	3.731	3.610
Serviços Privados	25.225	30.541
Telecomunicações	20.150	14.786
Outros	23.724	19.338
Total	165.444	161.156

NOTA 7 – OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Impostos e Contribuições a Compensar	1.387	1.637
Adiantamentos e Antecipações	169	195
Devedores por depósito em garantia	80	124
Conta transitória de financiamento	5.280	7.330
Diversos	223	577
Total	7.139	9.863

O valor de R\$ 5.280 da Conta Transitória de Financiamento refere-se a lançamentos de recebimentos em trânsito.

NOTA 8 – BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

	2018	2017
Bens não de uso próprio	29.029	28.734
Impairment de Bens não de Uso	(6.218)	(5.710)

O valor de R\$ 29.029 se refere a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e de dação em pagamento para liquidação/amortização de dívida e recuperação de prejuízo. Anualmente é realizada a avaliação externa em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil e contábeis vigentes.

NOTA 9 – IMOBILIZADO DE USO

BENS	Taxa de Depreciação	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2017
IMOBILIZADO DE USO		4.372	-	-	5.432
Custo de aquisição		11.803	74	(27)	11.756
Edificações	8%	8.865	-	-	8.865
Instalações	10%	6	-	-	6
Móveis e Equipamentos	10%	915	40	(1)	876
Sistemas de Comunicação	10%	37	4	-	33
Equip. de Proc. de Dados	20%	1.980	30	(26)	1.976
Depreciação Acumulada		(7.431)	(1.135)	28	(6.324)

* Conforme Art. 311 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999 – Decreto 3000/99, Item I, tendo em vista que corresponde ao bem adquirido usado, a taxa de depreciação fixada corresponde à metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo.

Em 31 de dezembro de 2018, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado em montantes considerados suficientes pela administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

De acordo coma a avaliação interna não foi identificado indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Imobilizado da AgeRio.

NOTA 10 – INTANGÍVEL

BENS	Saldo em 2018	Adições	Transfê-rência	Saldo em 2017
ATIVOS INTANGÍVEIS	9.296	-	-	10.545
Custo de aquisição	14.231	34	-	14.197
Licenças Antes de 01/10/2013	126	-	-	126
Licença Uso Software – Informática	126	-	-	126
Licenças a Partir de 01/10/2013	14.105	-	-	14.071
Licença Uso Software – Temporário (i)	1.313	-	-	1.313
Licença Uso Software – Permanente (ii)	12.620	34	-	12.586
Licença Uso Software – Em Andamento (iii)	172	-	-	172
Amortização Acumulada	(4.935)	(1.283)	-	(3.652)

(i) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Temporário" é composta pelo custo com a aquisição do software Gestão de Pessoas, por período determinado.

(ii) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Permanente" é composta pelos custos com a aquisição dos softwares ERP – Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de 2015 e concluída em 2017, ficando, tão somente, pendente de implantação o item (iii) abaixo. Os softwares estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil de 10 anos, conforme estudo técnico realizado pela área de tecnologia.

(iii) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Em Andamento" é composta pelo custo com a aquisição de parte do software Gestão do Sistema de Crédito, em fase final de entrega.

A administração realizou a avaliação interna e não foi identificado indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Intangível da AgeRio.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma

	2018	2017
CURTO PRAZO	20.384	23.819
BNDES	9.177	10.840
Finame	2.529	5.184
FINEP	8.678	7.795
LONGO PRAZO	48.906	52.218
BNDES	11.653	21.312
Finame	3.157	5.683
FINEP	34.096	25.223

As obrigações por empréstimos e repasses são compostas basicamente de recursos captados nas instituições oficiais - BNDES, FINAME e FINEP. A taxa média de juros aplicada nas operações é de 0,6%, acrescida das variações dos indexadores como TULP, SELIC, CEI e Cesta de Moeda.

b) Composição das obrigações por empréstimos e repasses por data de vencimento

	2018	2017
Até 180 dias	10.145	12.113
De 181 a 360 dias	10.238	11.706
Acima de 360 dias	48.907	52.218
Vincendas	69.290	76.037

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

Dividendos e JCP	2018	2017
Dividendos - Governo do Estado do RJ (i)	773	1.462
JCP - Governo do Estado do RJ (ii)	1.927	8.538
Total	2.700	10.000

(i) O valor de Dividendos e dos Juros Remuneratórios do Capital Próprio provisionado em dezembro de 2017, R\$ 10.000, foi integralmente incorporado ao capital social da empresa, conforme decisão proferida na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2018 e ata registrada na JUCERJA em 20/07/2018.

(ii) Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados e provisionados com observância dos procedimentos fundamentados no art. nº 355 do RIR/2018, nos artigos nºs 29 e 30 da Instrução Normativa nº 11/1996, na Instrução Normativa RFB nº 1700/2017 e IN 041/1998.

b) Fiscais e Previdenciárias

	2018	2017
Impostos e Contribuições a recolher sobre faturamento	236	252
Impostos e Contribuições s/Lucro (IRPJ + CSLL)	187	3.282
Impostos e Contribuições s/serviço de terceiros	26	37
Impostos e Contribuições s/salários	1.219	1.206
Total	1.668	4.777

c) Diversas

c.1) Provisões para Pagamentos a Efetuar

	2018	2017
Provisão para Despesas de Pessoal	3.625	3.583
Outras Despesas Administrativas	66	449
Outros Pagamentos	40	43
Total	3.731	4.075

c.2) Provisão para Passivos Contingentes

	2018	2017
FGI – Honra recebida	125	158
Passivos Trabalhistas	187	197
Contingências Cíveis	-	8
Total	312	363

Consta provisionado no passivo da AgeRio os valores de R\$ 312 em 2018 e R\$ 363 em 2017.

A provisão para o FGI representa o valor das honras recebidas do referido fundo garantidor para cobertura de perdas com operações de crédito. O valor deve permanecer provisionado até que se esgotem todas as medidas administrativas e judiciais de cobrança.

A necessidade de Provisão de Contingências de natureza trabalhistas de R\$ 187 em 2018 foi avaliada conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com ações judiciais classificadas como perdas prováveis, com base na metodologia interna da Diretoria Jurídica da AgeRio.

A AgeRio configura em processos classificados como de Perda Possível, na esfera trabalhista e civil e, tendo em vista o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, homologado pela Resolução nº 3.823/09, a AgeRio estima o montante de R\$ 3.100. No exercício de 2017, o valor estimado era de R\$ 3.098.

c.3) Credores Diversos no País

	2018	2017
Recursos do FEMPO	7	50
Repasses - FUNDES / FREMF	5.982	7.874
Diversos	2.106	1.171
Total	8.095	9.095
Total Diversas	12.138	13.533

Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País referem-se às importâncias recebidas pela AgeRio, na condição de agente financeiro e ou administrador dos fundos estaduais, para repasse aos respectivos fundos.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$ 468.949 (quatrocentos e sessenta e oito mil e novecentos e quarenta e nove mil reais) (R\$ 453.102 em 2017), representado por ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro	170.866.736
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	13.653
Total	170.880.389

Abaixo demonstramos a evolução do Capital Social:

Descrição	Valor (R\$ MIL)
Capital Social em 31 de dezembro de 2017	453.102
Aumento de Capital – com reservas do exercício 2017	5.846
Aumento de Capital por renúncia de dividendos/JCP – exercício 2017	10.000
Total do Capital Social em 31 de dezembro de 2018	468.948

b) Reserva de Lucros

A Reserva Legal é constituída no percentual 5% do lucro líquido e limitada a 20% do valor do capital social. As outras Reservas de Lucros representam os lucros remanescentes após a constituição da reserva legal.

NOTA 14 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Receita com a Intermediação Financeira

	2018	2017
Receita com Operações de Crédito	14.673	18.763
Receita com Títulos Públicos Federais	5.672	7.840
Receita com Fundos Exclusivos	16.473	26.150
Resultado com Fundos em Empresas e Participações	725	8.742
Total	37.543	61.495

b) Receita com a Prestação de Serviços

	2018	2017
Receita com a Administração de Fundos Estaduais	12.257	14.946
Receita com Tarifas	964	734
Total	13.221	15.680

c) Despesa de Pessoal

	2018	2017
Proventos	15.673	15.534
Encargos Sociais	5.390	5.371
Honorários de diretores e conselheiros	1.646	1.714
Benefícios	4.302	3.960
Trainamentos	167	251
Estagiários	396	343
Total	27.574	27.173

d) Outras Despesas Administrativas

	2018	2017
Despesa de Energia Elétrica	210	203
Despesa de Aluguéis	106	397
Despesa de Comunicação	162	88
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	279	659
Despesa com Materiais	43	68
Despesa Processamento de Dados	2.170	2.569
Despesa Promoções e Relações	56	27
Despesa de Propaganda e Publicações	147	218
Despesa de Seguros	81	188
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	81	175
Despesa com Serviço de Terceiros	499	208
Despesa Serviço de Vigilância	113	173
Despesa Serviço Técnico Especializado	272	246
Despesa de Transporte	186	237
Despesa com Viagens	113	109
Outras Despesas Administrativas	1.000	1.271
Despesa com Depreciação e Amortização	2.418	2.615
Total	7.935	9.451

e) Despesas Tributárias

	2018	2017
ISS	293	337
COFINS	1.994	2.919
PIS	324	474
Outros Impostos e Taxas	130	97
Total	2.741	3.827

NOTA 15 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Com base no histórico de operação da AgeRio, não foram constituídos créditos tributários oriundos de diferenças temporais e de prejuízos fiscais.

Os créditos tributários e os impostos diferidos sobre eventos temporários não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis da AgeRio uma vez que ainda não foram estabelecidas projeções de resultados futuros que atendam a todos os requisitos da legislação em vigor (Resolução CMN nº 3.059) e que demonstrem a realização futura destes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas do
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO (Agência), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S

2 CRC/RS 5.460/O-0 - T - SP

LUCIANO GOMES DOS SANTOS

1 CRC RS 059.628/O-2

Sócio Responsável Técnico

PARECER Nº 15/2019 – CONSELHO FISCAL DA AGERIO G20

Rio de Janeiro, 21 de março de 2019.

Aos
Senhores Acionistas

Assunto: Apresentar parecer conclusivo opinando sobre a minuta do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2018 da AGÊNCIA, bem como sobre a destinação do lucro líquido e distribuição dos dividendos referentes ao exercício de 2018.

Ref.: Propostas de Resoluções (PRes AgeRio/DICOR) nº 593/2019 e 594/2019 e Resoluções de Diretoria Executiva nº 448/2019 e 449/2019.

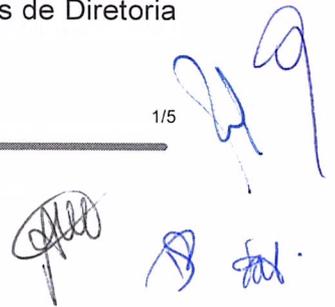
1 DOS FATOS

1.1 Trata-se, em síntese, de apresentar parecer conclusivo à Assembleia Geral Ordinária opinando sobre a minuta do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da AGÊNCIA, bem como sobre a destinação do lucro líquido e distribuição dos dividendos, todos referentes ao exercício de 2018, nos termos do art. 163, inciso III, da Lei nº 6.404/76, e do art. 40, inciso III, do Estatuto Social.

1.2 Na Reunião do Conselho Fiscal, realizada na presente data, a Sra. Presidente e os demais Conselheiros examinaram a minuta do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2018 (compostas pelas seguintes peças: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa e respectivas Notas Explicativas), juntamente com os pareceres da Auditoria Interna e da Auditoria Independente (Externa), a partir da Proposta de Resolução (PRes AgeRio/DICOR) nº 593/2019, verificando que representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira, patrimonial e fiscal da AGÊNCIA. Ademais, o Conselho Fiscal também analisou a Proposta de Resolução (PRes AgeRio/DICOR) nº 594/2019 que dispõe sobre a destinação do lucro líquido e distribuição dos dividendos referentes ao exercício de 2018.

1.3 Cumpre informar que as Propostas de Resoluções (PRes AgeRio/DICOR) nº 593/2019 e 594/2019 foram submetidas para deliberação em âmbito de Reunião Ordinária da Diretoria Executiva (ROD), realizada em 12 de março de 2019, tendo sido aprovadas, por unanimidade, e emitidas, respectivamente, as Resoluções de Diretoria Executiva nº 448/2019 e 449/2019.

1/5



PARECER Nº 15/2019 – CONSELHO FISCAL DA AGERIO G20

1.4 Dessa forma, o Colegiado, após análise das referidas Propostas de Resoluções e suas respectivas Resoluções de Diretoria Executiva, mandou que se lavrasse o presente parecer, contemplando o seu posicionamento sobre os temas em questão.

1.5 É o relatório. Passa o Conselho Fiscal a opinar.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Dispõe o art. 14, inciso XX, do Estatuto Social da AGÊNCIA:

Art. 14 – **Compete ao Conselho de Administração** as atividades previstas na Lei Federal nº 6.404/76, ou outra que venha substituí-la ou alterá-la, observada a regulamentação pertinente, **e também:**

(...)

II – deliberar sobre:

(...)

n) a minuta do relatório da administração, ao fim de um semestre e **anualmente, acompanhado** do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, **com os pareceres** das Auditorias Interna e Externa e **do Conselho Fiscal** e, se for o caso, a proposta de destinação do resultado do exercício; (grifo nosso)

2.1.1 Ainda em complemento, dispõe o art. 163, em seus incisos II e VII, da Lei nº 6.404/1976 (Dispõe sobre as Sociedades por Ações):

Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

(...)

II - **opinar sobre o relatório anual da administração**, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral;

(...)

VII - **examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar**; (grifo nosso)

2.2 Dessa forma, para fins de cumprimento do disposto acima, torna-se necessário que seja **ouvido o Conselho Fiscal, por meio da emissão de parecer.**

2.3 Para tanto, a Diretoria Executiva apresentou a este Colegiado a Proposta de Resolução (PRes AgeRio/DICOR) nº 593/2019 e sua Resolução de Diretoria Executiva nº 448/2019 que tem por objeto a minuta do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2018 da AGÊNCIA.

PARECER Nº 15/2019 – CONSELHO FISCAL DA AGERIO G20

2.4 Sendo assim, já tendo examinado a minuta do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2018 (compostas pelas seguintes peças: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa e respectivas Notas Explicativas), juntamente com os pareceres da Auditoria Interna e da Auditoria Independente (Externa), o Conselho Fiscal, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, opina favoravelmente com relação ao seu encaminhamento ao Conselho de Administração por entender que os referidos documentos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira, patrimonial e fiscal da AGÊNCIA (conforme citado no item 1.2 do presente parecer), recomendando sua aprovação.

2.5 Por sua vez, no tocante à destinação do lucro líquido e distribuição dos dividendos referentes ao exercício de 2018, dispõe o *caput* do art. 45 do Estatuto Social da AGÊNCIA:

Do resultado do exercício, **a parcela remanescente do lucro anual não destinada à constituição da reserva legal e/ou da reserva para contingências, se for o caso, e à distribuição de dividendos, será transferida à conta de reserva especial de lucros**, nos moldes do art. 194 da Lei nº 6.404/76, até o limite do capital social, com a finalidade de aumentar o capital social da AGÊNCIA. (grifo nosso)

2.5.1 Para fins de cumprimento do disposto acima, determina o Parágrafo Único do referido art. 45 que o valor será transferido para a conta capital social, mediante proposta da Diretoria, **ouvidos o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, bem como aprovado pela Assembleia Geral**, obedecidas normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

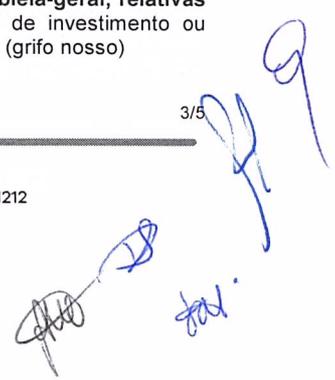
2.6 Ressalta-se que, levando-se em consideração o que determina o inciso III, do art. 163, da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas)¹, corroborado pelo item 3.2.3 do Manual de Procedimentos dos Conselheiros Fiscais Representantes do Estado, instituído pelo Decreto Estadual nº 21.788, de 24 de novembro de 1995, bem como pelo Parágrafo Único do art. 45 do Estatuto Social da AGÊNCIA e o inciso VII do art. 14 do Regimento Interno do Conselho Fiscal, **é da competência deste Colegiado opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social e distribuição de dividendos.**

¹ Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

(..)

III - **opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social**, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, **distribuição de dividendos**, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (grifo nosso)

3/5



PARECER Nº 15/2019 – CONSELHO FISCAL DA AGERIO G20

2.7 Sendo assim, a Diretoria Executiva apresentou, por meio da Proposta de Resolução (PRes AgeRio/DICOR) nº 594/2019 e sua Resolução de Diretoria Executiva nº 449/2019, a seguinte destinação do lucro líquido e distribuição dos dividendos referentes ao exercício de 2018:

a) Considerando o Lucro Líquido do exercício de 2018 no valor de R\$ 1.312.347,91 (um milhão, trezentos e doze mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa e um centavos), deduz-se o ajuste do exercício anterior no valor de R\$ 247.777,95 (duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos), totalizando a base de R\$ 1.064.569,96 (um milhão, sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos), já computados os efeitos dos Juros sobre o Capital Próprio. Desta base, efetua-se a destinação de 5% (cinco por cento) à conta de “Reserva de Legal”, no valor de R\$ 53.228,50 (cinquenta e três mil, duzentos e vinte e oito mil e cinquenta centavos), apurando-se, assim, a “Reserva Especial de Lucro” de 2018, no valor de R\$ 1.011.341,46 (um milhão, onze mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos).

b) Incorporação ao Capital Social, da parcela remanescente da “Reserva de Lucro”, informada no inciso acima, no valor de R\$ 1.011.341,46 (um milhão, onze mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos), sem emissão de novas ações, elevando o referido capital, atualizado pela Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018, registrada em 03 de agosto de 2018 na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos) para R\$ 469.959.971,33 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e três centavos).

c) Distribuição de Dividendos – Pela incorporação ao capital do valor referente ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, perfazendo o montante de R\$ 252.835,36 (duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), sendo R\$ 252.810,08 (duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e dez reais e oito centavos) devidos ao Estado do Rio de Janeiro e R\$ 25,28 (vinte e cinco reais e vinte e oito centavos) devidos à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, elevando a cifra do capital de R\$ 469.959.971,33 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e três centavos) para R\$ 470.212.806,69 (quatrocentos e setenta e dois milhões, duzentos e doze mil, oitocentos e seis reais e sessenta e nove centavos).

d) Incorporação ao Capital Social do valor de R\$ 2.447.141,55 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), creditado a título de juros sobre o capital próprio, após dedução dos dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$ 2.446.919,92 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e noventa e dois centavos) devidos ao Estado do Rio de Janeiro e R\$ 221,63 (duzentos e vinte e um reais e sessenta e

4/5



PARECER Nº 15/2019 – CONSELHO FISCAL DA AGERIO G20

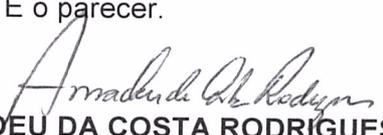
três centavos), à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, elevando a cifra do capital social de R\$ 470.212.806,69 (quatrocentos e setenta milhões, duzentos e doze mil, oitocentos e seis reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 472.659.948,24 (quatrocentos e setenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

2.8 Diante do exposto, o Conselho Fiscal, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, também opina favoravelmente sobre a destinação do lucro líquido e distribuição dos dividendos referentes ao exercício de 2018, a serem submetidas à Assembleia Geral.

3 CONCLUSÃO

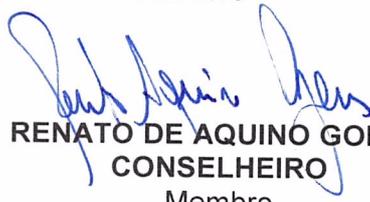
3.1 O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., no uso das suas atribuições legais e estatutárias, manifesta-se favoravelmente pelo encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, recomendando a aprovação da minuta do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras de 2018 da AGÊNCIA, bem como da destinação do lucro líquido e distribuição dos dividendos referentes ao exercício de 2018, conforme dispostos nos itens 2.4, 2.7 e 2.8 do presente parecer.

É o parecer.


AMADEU DA COSTA RODRIGUES
CONSELHEIRO
Membro


DIANA CABRAL SIQUEIRA
CONSELHEIRA
Membro


PAULO RENATO BASTOS RODRIGUES MARQUES
CONSELHEIRO
Membro


RENATO DE AQUINO GOMES
CONSELHEIRO
Membro


FABIANA MORAIS BRAGA MACHADO
Presidente

